

PRÁTICAS DE LEITURAS NOS 1º E 2º ANOS DO ENSINO FUNDAMENTAL, DA ESCOLA INTERMEDIÁRIA HENRIQUE MONTEIRO LEITE, DO DISTRITO DE MUTUCA PESQUEIRA – PE

Nayara Barbosa da Silva¹
Diogenes José Gusmão Coutinho²

RESUMO: O presente estudo motivou-se em analisar a prática de leituras desenvolvidas pelos professores do ensino fundamental nos anos iniciais, visto que desenvolver prática de leituras no ensino fundamental principalmente nos 1º e 2º anos tem sido discutido no espaço educacional. Para tanto, o Estudo com o tema: Práticas de leituras nos anos 1º e 2º anos do ensino fundamental, da Escola Intermediária Henrique Monteiro Leite, do distrito de Mutuca, Pesqueira – PE objetivou analisar a prática de leituras desenvolvidas pelos professores do ensino fundamental nos anos iniciais na referida escola e resultados alcançados, considerando a participação efetiva do corpo docente, também o envolvimento da família. Recorrendo-se à pesquisa de campo, de natureza empírica, sendo de cunho descritivo e interpretativo, buscando-se possíveis significados objetivos e subjetivos da questão central da pesquisa. População selecionada para pesquisa: Coordenação e professores do 1º, 2º e 3º ano do ensino fundamental. Procedimentos metodológicos utilizados: Entrevista semiestruturados, coleta de dados: Primário. Para fundamentação do estudo, utilizou-se de um referencial bibliográfico sobre o objeto de estudo, em livros, artigos, legislação vigente sobre educação, dissertações de mestrado.

2154

Palavras-chave: Ensino Fundamental. Leitura e Escrita. Práticas de Leituras.

ABSTRACT: This study led up to examine the practice of reading developed by elementary school teachers in the early years as developing practice of reading in primary education especially in the 1st and 2nd years has been discussed in the educational space. Thus, the study on the theme readings Practices in years 1 and 2 years of elementary school, the Middle School Henrique Monteiro Leite, the Mutuca district Fishing - PE aimed to analyze the practice of reading developed by elementary school teachers in early years in this school and the results achieved, considering the effective participation of the faculty, also the involvement of the family. Resorting to the field of research, empirical, being descriptive and interpretative, seeking possible objective and subjective meanings of the central research question. Population selected for research: Coordination and teachers of the 1st, 2nd and 3rd year of elementary school. Methodological procedures used: semi-structured interview, data collection: Primary. For reasons of study, we used a bibliographic reference on the object of study, in books, articles, current legislation on education, dissertations.

Keywords: Elementary Education. Reading and Writing. Reading Practice.

¹Mestra em Ciências da Educação na Chistian Business School.

²Orientador no curso de mestrado em Ciências da Educação na Chistian Business School. <https://orcid.org/0000-0002-9230-3409>.

INTRODUÇÃO

Desenvolver prática de leituras no ensino fundamental principalmente nos anos 1º e 2º anos tem sido discutido no espaço educacional, considerando a fragilidade de alunos que passam para os anos seguintes, com dificuldades de leituras, visto que envolve desde a estimulação do professor à prática de leitura, bem como o interesse do aluno e participação da família nesse processo.

Tendo em vista que o ensino da leitura nos anos iniciais do Ensino Fundamental I é de fundamental importância, contudo há no sistema educacional municipal discussões sobre dificuldades de leitura em séries que exige do aluno a importância do ato de ler. O Estudo com o tema: Práticas de leituras nos anos 1º e 2º anos do ensino fundamental, da Escola Intermediária Henrique Monteiro Leite, do distrito de Mutuca, Pesqueira – PE, objetiva analisar a prática de leituras desenvolvidas pelos professores do ensino fundamental nos anos iniciais na referida escola e resultados alcançados, considerando a participação efetiva do corpo docente, também o envolvimento da família. Observar como a escola vem cumprindo seu papel como estimuladora da leitura, os procedimentos e métodos utilizados no despertar para o ato de ler.

Segundo Freire (1986), a leitura envolve uma compreensão crítica que vai se alongando na inteligência do mundo, por isso dizemos que a compreensão do texto lido é decorrente da crítica que se implica nas relações entre o texto e o contexto. Para o autor, uma maneira importante de a criança começar a ler é realizar a leitura do seu próprio mundo, ou seja, a criança exprimi mediante signos e sons o que aprendeu do meio em que a cerca. Ao fazer e compreender isso, ela, posteriormente, poderá efetuar a leitura de algumas palavras.

Mediante a intenção de pesquisa qualitativa, recorrendo à pesquisa de campo, de natureza empírica, sendo de cunho descritivo e interpretativo, buscando-se possíveis significados objetivos e subjetivos da questão central da pesquisa. Parte-se do pressuposto que a leitura em anos iniciais é ensinada/estimulada pelo corpo docente, contudo dificuldade de leitura encontrada em séries que exigem o ato de ler cria-se barreiras na vida educacional de crianças e/ou adolescentes o que pode ser minimizado com a prática de leituras desenvolvidas pelos professores do ensino fundamental nos anos iniciais, considerando importante o envolvimento familiar nesse processo.

Sendo assim, a partir do objetivo geral traçamos os seguintes objetivos específicos: Identificar os recursos metodológicos utilizados pelos professores no estímulo a prática de

leituras pelos alunos, nos 1º e 2º anos; verificar as fragilidades dos alunos sobre as dificuldades com a leitura; Pesquisar o envolvimento da escola, professor, aluno e família quanto a prática de leituras nos anos iniciais na perspectiva de desenvolvimento educacional da criança. O estudo teve como problema de pesquisa Quais as fragilidades/dificuldades de alunos dos anos iniciais do ensino fundamental que levam professores da Escola Intermediária Henrique Monteiro Leite, do distrito de Mutuca, Pesqueira – PE trabalhar em sala de aula a prática de leitura e de que forma é desenvolvida?

Partiu-se da seguinte hipótese: Parte-se do pressuposto que a leitura em anos iniciais é ensinada/estimulada pelo corpo docente, contudo dificuldade de leitura encontrada em séries que exigem o ato de ler cria-se barreiras na vida educacional de crianças e/ou adolescentes o que pode ser minimizado com a prática de leituras desenvolvidas pelos professores do ensino fundamental nos anos iniciais, considerando importante o envolvimento familiar nesse processo. Nos procedimentos metodológicos utilizou-se da pesquisa qualitativa, recorrendo à pesquisa de campo, de natureza empírica, sendo de cunho descritivo e interpretativo, buscando-se possíveis significados objetivos e subjetivos da questão central da pesquisa. Nessa perspectiva, foram procedimentos metodológicos utilizados: Entrevista semiestruturadas, População selecionada para pesquisa: coordenação e professores. Coleta de Dados: Primário. A apresentação do estudo é estruturado em três capítulos para um maior aprofundamento da temática pesquisada. Para tanto, utilizou-se como metodologia para fundamentação do estudo, a pesquisa bibliográfica.

2156

O primeiro capítulo discorre-se sobre o ensino fundamental contemporâneo. Um breve contexto de avanços da educação básica no Brasil, principalmente a partir da legislação vigente. Enquanto universo de pesquisa, três tópicos sobre: concepções sobre a leitura e da escrita, conceitos de aprendizagem da leitura e a importância da prática de leitura. No segundo capítulo, considerando os objetivos específicos do estudo, discorre-se sobre relação família - escola na atualidade. Ainda no segundo capítulo a pesquisa de campo: O percurso da pesquisa as descrições das entrevistas realizadas e análises. No terceiro e último capítulo: O desafio da prática de leitura e a importância do pedagogo na escola no processo de aprendizagem do educando.

Diante de tantas transformações que vem ocorrendo na educação, principalmente com alterações na legislação educacional, na perspectiva de avanços na qualidade de ensino, muitas são as discussões sobre a prática de leituras na escola, dificuldades encontradas no aluno sobre

o ato de ler, sendo um dos papéis principais da escola é o de desenvolver habilidades de leitura, compreensão e interpretação de textos desde as séries iniciais.

1 CAPÍTULO I – O ENSINO FUNDAMENTAL CONTEMPORÂNEA

No Brasil a educação é reconhecida como um direito social a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, a ser garantida pelo Estado a toda sociedade, política universal. Em seu artigo 205, do Capítulo III, versa que a educação é direito de todos os cidadãos brasileiros e dever do Estado e da família, afim de que o ser humano possa se desenvolver plenamente, exercer sua cidadania e preparar-se para o trabalho. A educação, enquanto direito social prevista constitucionalmente, vem construindo seu pilar normativo, principalmente com a Lei Federal nº 9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, considerada a lei orgânica da educação. Para a LDB o ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo, desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores, além do fortalecimento dos vínculos de família e dos laços de solidariedade humana. 2157

O direito a educação é reafirmada e garantida no artigo 53 do Estatuto da criança e do adolescente - ECA, determina que a criança e o adolescente tem direito a educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, assegurando a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, direito de ser respeitado por seu educadores e acesso a escola pública gratuita próxima da residência, seguindo a lógica da constituição federal e a LDB.

Os princípios e fins da educação estão dispostos na referida lei, onde trata da educação como dever da família e do Estado, inspirado nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, como finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania, de condições para o acesso e permanência na escola. Destaca-se o plano de desenvolvimento da educação – PDE, lançado em abril de 2007, um plano, cujo objetivo é melhorar a qualidade da educação no Brasil. Dentre outras diretrizes da PDE: Acompanhar cada aluno da rede individualmente, mediante registro da sua frequência e do seu desempenho em avaliações, que devem ser realizadas periodicamente, Combater a evasão pelo acompanhamento individual das razões da não frequência do educando e sua superação. Ampliar as possibilidades de permanência do educando sob responsabilidade da escola para

além da jornada regular. Nessa perspectiva as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (2010) declara que:

A leitura e a escrita, a História, as Ciências, a Arte, propiciam aos alunos o encontro com um mundo que é diferente, mais amplo e diverso que o seu. Ao não se restringir à transmissão de conhecimentos apresentados como verdades acabadas e levar os alunos a perceberem que essas formas de entender e de expressar a realidade possibilitam outras interpretações, a escola também oferece lugar para que os próprios educandos reinventem o conhecimento e criem e recriem cultura. (DCNEB, 2010, P. 116)

O início da escolarização obrigatória das crianças, correspondente aos primeiros anos do Ensino Fundamental, merece um olhar específico pelos educadores, tendo em vista que essa etapa da formação educacional, constitui a base para a continuidade dos estudos dos educandos, uma atenção especial, em virtude do baixo desempenho que os estudantes têm recebido em avaliações externas. As propostas curriculares do Ensino Fundamental, prevista nas diretrizes nacionais curriculares visam desenvolver ao educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe os meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores, objetivando (DCNEB, 2010):

- ✓ I – o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;
- ✓ II – a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, das artes, da tecnologia e dos valores em que se fundamenta a sociedade;
- ✓ III – a aquisição de conhecimentos e habilidades, e a formação de atitudes e valores como instrumentos para uma visão crítica do mundo;
- ✓ IV – o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

A educação básica para todos é, pois, absolutamente vital, na medida em que o desenvolvimento visa à realização do ser humano como tal, e não como meio de produção (DELORS, 2012 p. 67). Compreende-se que a educação básica é um indispensável passaporte para vida, nesse contexto, o aprendizado da leitura e escrita são fatores imprescindíveis na formação do aluno nos anos iniciais do ensino fundamental, como princípio do passaporte para vida. Abordaremos especificamente, através de um referencial bibliográfico sobre essa temática, discutida nos espaços escolares, sendo nosso objeto de estudo.

I.1 CONCEPÇÕES SOBREA LEITURA E DA ESCRITA

O mundo atual caracteriza-se pela pluralidade das formas de compreender a realidade, exigindo o surgimento de novas narrativas no processo de produção de conhecimento. Este fato sugere a necessidade de reavaliarmos as condições atuais da produção do saber e os efeitos da diversidade de experiências sócio-político-econômicas e das novas tecnologias nas práticas culturais de leitura e escrita (SOUZA e Junior, 2002, P. 105). Partindo-se dessa reflexão dos autores, o ato de ler pressupõe uma realidade constante na vida do indivíduo e uma das principais tarefas da escola é ensinar os alunos a ler e a escrever. Contudo durante o período de sua formação educacional a prática de leitura deve ser fomentada, pela escola, professor, utilizando-se de recursos fundamentais do despertar a leitura e escrita. Micotti afirma que:

A maioria de jovens e crianças tem acesso à escola, mas há estudantes que não encontram o apoio necessário para aprender a ler e a escrever, problema que ganha hoje mais visibilidade com resultados das avaliações, que mostram níveis de desempenho em leitura e escrita incompatíveis com os estágios avançados de escolaridade dos avaliados, revelando o analfabetismo escolarizado (MICOTTI, 2009, p. 26).

Parafraseando a autora, a ampliação do número de vagas na rede educacional de ensino, apesar de ser condição necessária de inclusão, não é suficiente para democratizar a educação, visto que os insucessos relacionados à alfabetização ocupam lugar de destaque, como ocuparam também no passado em outros contextos escolares, diferentemente de hoje, onde os alunos permanecem na escola, não mais como excluídos após sucessivas reprovações.

2159

Várias são as pesquisas que abordam esse tema, principalmente, a partir da década de 80, quando as próprias mudanças político-sociais que estavam ocorrendo no Brasil exigiram que os olhares críticos de professores se reportassem, de forma mais intensa que antes, para o ensino da leitura crítica e reflexiva. Para Pinheiro (2007):

Falar sobre leitura significa adentrar nos desacertos do sistema educacional, analisando as intrincadas e múltiplas correlações sociais, políticas e educacionais. Implica tentar compreender os fracassos e as frustrações decorrentes do desenvolvimento precário dessa atividade considerada imprescindível para a atuação do indivíduo na vida contemporânea. (Pinheiro, 2007, p. 08).

O ensino de aprendizagem da leitura e a escrita, precisam estar presente, enquanto atividades relevantes realizadas pelos professores, fundamentalmente embasadas nas séries iniciais do Ensino Fundamental. Entretanto, segundo Carvalho e Carvalho (2009, p. 03) “Várias são as razões pelas quais dificultam o processo de leitura e escrita e uma das razões que ocasiona a dificuldade desse aprendizado pelas crianças nas séries iniciais do Ensino Fundamental é que, às vezes, elas têm pouca informação não visual relevante”.

São diversas discussões sobre trabalhar a prática de leitura no âmbito educacional, buscam-se recursos metodológicos de ensino fomento junto aos alunos nos anos iniciais sobre a aprendizagem da leitura. Podemos considerar a Leitura como principal instrumento para aprendizagem em todos os níveis de formação e cabe a escola relevante tarefa de ensinar a ler e a escrever, sendo necessário desenvolver uma política de leitura e de escrita que ofereça uma consistente formação leitora e produtora textual de crianças e jovens, buscar estratégias que estimulem alunos a prática de leitura. Segundo Seber (2009, p. 16) “As intenções de escrita só podem ser conhecidas, portanto, se o professor se dispuser a desempenhar o papel de interlocutor da criança”.

Conforme as Diretrizes curriculares (2010) A escola deve adotar formas de trabalho que proporcionem maior mobilidade às crianças na sala de aula, explorar com elas mais intensamente as diversas linguagens artísticas, a começar pela literatura, utilizar mais materiais que proporcionem aos alunos oportunidade de racionar manuseando-os, explorando as suas características e propriedades, ao mesmo tempo em que passa a sistematizar mais os conhecimentos escolares. A disposição para a aprendizagem não depende exclusivamente do aluno, demanda que a prática didática garanta condições para que essa atitude favorável se manifeste e prevaleça, sendo assim para que os alunos consigam realmente aprender a ler e escrever é necessário que tanto o professor como os discentes estejam engajados entre si para construção do saber.

2160

A intervenção do professor precisa, então, garantir que o aluno conheça o objetivo da atividade, situe-se em relação à tarefa, reconheça os problemas que a situação apresenta, e seja capaz de resolvê-los. Para tal, é necessário que o professor proponha situações didáticas com objetivos e determinações claros, para que os alunos possam tomar decisões pensadas sobre o encaminhamento de seu trabalho, além de selecionar e tratar ajustadamente os conteúdos. (PCN, 1997, p. 64).

O estímulo pela leitura depende também de maior presença no cotidiano nas práticas de leitura e escrita. Diferentes modos de participação nas práticas discursivas orais em família permitem a criança construir uma relação com a linguagem (oral e escrita) enquanto prática discursiva e enquanto objeto de conhecimento. Para Silva (Apud, Pinheiro, 2007, p. 08), “Não despreza a importância da contribuição e da responsabilidade do meio familiar na formação do leitor”. A família é a instituição primeira de proteção aos seus membros e tem papel fundamental na vida educacional dos filhos, mediadora das relações dos seus membros com outras instituições sociais, especificamente a escola em um processo conjunto educacional. Castro e Rigatieri (2010), alerta que:

Praticamente todas as escolas e redes de ensino fazem reuniões de pais e promovem debates sobre as mudanças sociais que afetam as crianças, jovens e conseqüentemente escolas e famílias. Nessas ocasiões apresentam seus projetos pedagógicos, falam de seus planos e convidam palestrantes para esclarecer sobre o perigo do envolvimento com drogas, o risco de uma gravidez precoce, a dificuldade de impor limites e manter a autoridade do adulto etc. Às vezes, as reuniões são organizadas de forma mais lúdica, com técnicas de dinâmica de grupo para que as pessoas se sintam mais acolhidas. Mas, na medida em que a escola defende seu lugar de protagonista e abre poucos canais de escuta sobre o que os pais têm a dizer, esse acolhimento fica num nível muito superficial. (CASTRO e RIGATTIERI, 2010, p. 35).

A família enquanto instituição primeira de proteção aos seus membros, fundamentalmente, precisa está envolvida na dinâmica educacional de suas crianças que se encontram no processo de aprendizagem da leitura e escrita. A escola precisa trabalhar com o dever da família nesse processo. Sabe-se que na contemporaneidade não existe um único modelo de família. Dentre os vários arranjos, podem-se citar as famílias chefiada por mulheres, ampliada nas quais os avós moram e cuidam de seus netos, famílias homoafetivas. Nesse contexto a escola trabalha no âmbito da diversidade familiar e independente de seu arranjo, precisa envolvê-la no processo educacional de seus membros.

1.2 CONCEITOS DE APRENDIZAGEM DA LEITURA

Várias são as discussões e debates sobre trabalhar a prática de leitura no âmbito educacional, buscam-se recursos metodológicos de ensino fomento junto aos alunos nos anos iniciais sobre a aprendizagem da leitura. Podemos considerar a Leitura como principal instrumento para aprendizagem em todos os níveis de formação e cabe a escola relevante tarefa de ensinar a ler e a escrever, sendo necessário desenvolver uma política de leitura e de escrita que ofereça uma consistente formação leitora e produtora textual de crianças e jovens, buscar estratégias que estimulem alunos a prática de leitura.

A escola tem papel importante, visto que o aluno aprende a ler escrever, falar e compreender os mais variados tipos de textos escritos e o professor, principalmente, nas séries iniciais do ensino fundamental, deve criar situações reais de comunicação em que o aluno possa fazer o uso do que aprende por meios de livros, enfim, é necessário garantir o máximo de interação com as mais variadas formas de expressões orais e escritas.

O ingresso da criança na escola obrigatória aos seis anos tem se configurado um desafio aos diferentes sistemas de ensino, principalmente diante de questões relacionadas à aprendizagem da leitura e da escrita. Ao mesmo tempo em que, a ampliação do Ensino Fundamental para nove anos é reconhecida como uma ação importante para a democratização

do acesso à educação no país. Contudo Micotti (2009, p. 35) alerta que a antecipação da matrícula pode agravar a problemática educacional, caso se resuma na transposição, para as crianças mais novas, do trabalho pedagógico tradicionalmente feito com alunos de 7 anos ou mais. A aplicação da nova lei pode ter resultados contrários aos previstos, se trouxer mais cedo para as crianças as experiências de frustração que acompanham os insucessos no aprendizado.

Segundo a Secretaria de educação básica, o objetivo de um maior número de anos de ensino obrigatório é assegurar a todas as crianças um tempo mais longo de convívio escolar, maiores oportunidades de aprender e, com isso, uma aprendizagem mais ampla. Nesse contexto, os debates sobre os impactos na organização do trabalho da escola e dos professores, principalmente com relação à alfabetização das crianças, visto que o ingresso da criança aos seis anos no ensino obrigatório tem sido visto como uma forma de antecipar o ensino da leitura e da escrita. De acordo com os PCN's:

Leitura e escrita são práticas complementares fortemente relacionadas, que se modificam mutuamente no processo de letramento – a escrita transforma a fala (a construção da “fala letrada”) e a fala influencia a escrita (o aparecimento de “traços de oralidade” nos textos escritos). São práticas que permitem ao aluno constituir seu conhecimento sobre os diferentes gêneros, sobre os procedimentos mais adequados para lê-los e escrevê-los e sobre as circunstâncias de uso da escrita. A relação que se estabelece entre leitura e escrita, entre o papel de leitor e de escritor, no entanto, não é mecânica: alguém que lê muito é automaticamente, alguém que escreve bem. Pode-se dizer que existe uma grande possibilidade de que assim seja. É nesse contexto considerado que o ensino deve ter como meta formar leitores que sejam também capazes de produzir textos coerentes, coesos, adequados e ortograficamente escritos – que a relação entre essas atividades deve ser compreendida. (PCN's volume 2, 1997, p. 52/53).

Reflete-se que em relação ao desenvolvimento e a aprendizagem o ato de ler e escrever são insubstituíveis na vida do ser humano. Em sua proposta pedagógica, a escola precisa estabelecer claramente o que os alunos devem aprender em cada etapa, até a conclusão do ensino fundamental. Dessa forma, todos os professores podem coordenar seus esforços para conseguir os melhores resultados. Todas as crianças são capazes de aprender. Por isso, a escola precisa organizar suas aulas e suas atividades pensando em todos os alunos, garantindo que todos eles possam se desenvolver na leitura e na escrita. De acordo com Micotti:

Os insucessos na aquisição da leitura e da escrita movem educadores à procura de alternativas pedagógicas que propiciam o êxito no aprendizado dessas práticas, uma vez que cabe à escola ensinar às crianças a ler e a escrever. Ela deve ocupar-se de tal tarefa com vistas ao prosseguimento dos estudos e ao convívio social, uma vez que são atividades que extrapolam os muros escolares e ocorrem em inúmeras circunstâncias e locais. (MICOTTI, 2009, p. 93):

Pela sua relevância, essa aprendizagem necessita ter sentido para os estudantes, o que requer que a escola repense o modo de realizar o seu trabalho. Hoje, muitos alunos não conseguem compreender o que leem- porque a leitura é focalizada apenas como passagem de letras e sons e porque, geralmente, aprendem apenas a decodificar sons e letras- nem expressar idéias. Pinheiro (2007, p. 08) “A leitura é considerada uma atividade cognitiva muito complexa, que requer ação de muitas habilidades interdependentes para que seja efetivada com sucesso”. O aprendizado da leitura deve se pautar na compreensão do que se lê, na inserção da leitura em contextos significativos, e na utilização de métodos que visam ensinar meios flexíveis de aprendizagem da leitura. Moraes (Apud Pinheiro, 1996) defende que:

A leitura é uma questão pública. É um meio de aquisição de informação (e a escritura um meio de transmissão de informação), portanto, um componente de um ato social. Mas ela constitui também um deleite individual. Temos o direito de exigir dos estados que trabalhem para o progresso social e, por que não?, que garantam também as condições do prazer pessoal. Por conseguinte, os estados têm o dever de agir de tal forma que possam se quiserem usufruir da leitura e da escrita.

No tocante, a leitura como um componente de um ato social, conforme citação observada, ser um precioso instrumento no processo de produção do conhecimento por propiciar o contato do leitor com diferentes formas de viver e compreender a leitura do mundo. Seguindo a concepção de Pinheiro sobre o processo de leitura, a autora disserta, defendendo que o ensino da leitura deve se pautar em dois pólos suplementares quanto à formação de leitores proficientes: um objetivo e outro subjetivo.

O objetivo centra-se no desenvolvimento de habilidades cognitivas, para que o aluno desenvolva suas potencialidades, sendo capaz de perceber em si a condição de um ser humano, esboço de si e em si mesmo, podendo projetar-se conscientemente e com livre-arbítrio de escolhas, decisões e construções de sua vida, de sua própria história.

O subjetivo deve partir do valor atribuído à leitura, procedendo da própria condição social do existir humano em um mundo letrado que precisa ir para além das concepções já existentes, quando questiona as verdades do mundo e suas próprias verdades. Assim, a leitura propicia ao ser humano, independente de sua classe social, conhecer-se, e conhecendo-se, perceberá, de fato, a realidade da qual faz parte. (PINHEIRO, 2007, p. 28)

O desenvolvimento do gosto pela leitura depende da maior ou menor presença no cotidiano de práticas de leitura e escrita. Diferentes modos de participação nas práticas discursivas orais em família permitem a criança construir uma relação com a linguagem (oral e escrita) enquanto prática discursiva e enquanto objeto de conhecimento. Para que uma aprendizagem significativa possa acontecer, é necessária a disponibilidade para o envolvimento do aluno na aprendizagem, o empenho em estabelecer relações entre o que já sabe e o que está aprendendo, em usar os instrumentos adequados que conhece e dispõe para alcançar a maior

compreensão possível. Essa aprendizagem exige uma ousadia para se colocar problemas, buscar soluções e experimentar novos caminhos, de maneira totalmente diferente da aprendizagem mecânica, na qual o aluno limita seu esforço apenas em memorizar ou estabelecer relações diretas e superficiais. (PCN, 1997, p. 65).

Portando é preciso repensar as práticas de leituras que está sendo trabalhada na escola, reavaliar os meios utilizados pelos professores para atingir seus objetivos enquanto formadores de alunos leitores. Micotti (2009) enfatiza que hoje o ensino depara-se com o desafio de desenvolver práticas favoráveis a compreensão e a apropriação do mundo letrado e de seus procedimentos pelas crianças, inclusive por aqueles que, até chegarem a escola, tiveram poucas experiências com o mundo. De acordo com a PCN (1997):

Primeiramente, a expectativa que o professor tem do tipo de aprendizagem de seus alunos fica definida no contrato didático estabelecido. Se o professor espera uma atitude curiosa e investigativa, deve propor prioritariamente atividades que exijam essa postura, e não a passividade. Deve valorizar o processo e a qualidade, e não apenas a rapidez na realização. Deve esperar estratégias criativas e originais e não a mesma resposta de todos.

Considerando a argumentação da autora Micotti, sobre a obrigatoriedade de inclusão de crianças no ensino fundamental, a partir de 6 anos, e possíveis tensões do ponto de vista da aprendizagem, a obrigatoriedade de as escolas oferecerem aos alunos um Ensino Fundamental constituído por nove anos impõe a elas e a seus profissionais a necessidade de reavaliarem práticas de ensino e a continuidade do processo educacional. A inclusão de mais um ano demanda, além de uma nova organização espacial e temporal, uma revisão das práticas e modos de ensinar, sobretudo nos primeiros anos do ensino fundamental, visto que nas discussões contemporâneas educacionais crianças que passam para séries seguintes com dificuldades de leitura, fazendo com que professores, repensem propostas de práticas instigantes de leitura.

Várias são as pesquisas que abordam a temática sobre a prática de leitura, principalmente, a partir da década de 80, quando as próprias mudanças político-sociais que estavam ocorrendo no Brasil exigiram que os olhares críticos de professores se reportassem, de forma mais intensa que antes, para o ensino da leitura crítica e reflexiva. Micotti afirma que:

A maioria de jovens e crianças tem acesso à escola, mas há estudantes que não encontram o apoio necessário para aprender a ler e a escrever, problema que ganha hoje mais visibilidade com resultados das avaliações, que mostram níveis de desempenho em leitura e escrita incompatíveis com os estágios avançados de escolaridade dos avaliados, revelando o analfabetismo escolarizado (MICOTTI, 2009, p. 26).

O ensino de aprendizagem da leitura e a escrita, precisam estar presente, enquanto atividades relevantes realizadas pelos professores, fundamentalmente embasadas nas séries

iniciais do Ensino Fundamental. Entretanto, segundo Carvalho e Carvalho (2009, p. 03) “Várias são as razões pelas quais dificultam o processo de leitura e escrita e uma das razões que ocasiona a dificuldade desse aprendizado pelas crianças nas séries iniciais do Ensino Fundamental é que, às vezes, elas têm pouca informação não visual relevante”.

Quanto mais cedo se iniciar o processo de aprendizagem de leitura, mais chances se terá de formar um cidadão crítico que não abandonará o hábito de ler. A criança que sempre tiver em seu alcance livros e souber lê-los e manuseá-los corretamente, dificilmente irá procurar resumos de obras literárias. E quando crescer saberá distinguir uma leitura boa de uma de má qualidade, e conseqüentemente aprimorará seu desenvolvimento na escrita. Concordando com esta postura temos o seguinte afirmativa “Ninguém nasce sabendo ler, aprende-se a ler à medida que se vive. Se ler livros geralmente se aprende nos bancos da escola, outras leituras se aprendem por aí, na chamada escola da vida” (LAJOLO, 2005, p.07).

A formação do leitor crítico constitui o maior desafio para os educadores. De fato, aprender a ler envolve diversos fatores. O texto deve despertar um certo sentimento no leitor. Este, por sua vez, poderá tornar-se um leitor crítico, sendo capaz de utilizar a leitura, de forma a compreendê-la e assimilá-la a sua vida, transformando-a em conhecimento, enriquecimento e prazer. Por isso, a leitura deve ser vista como uma fonte inesgotável de pesquisa e não como uma simples decodificação de símbolos gráficos.

Os momentos de leitura devem ser proporcionados as crianças fazendo as sentirem prazer a ler bons livros, livros esses que estimulem sua imaginação, as levem a criar, a se distraírem, a entrarem num mundo de fantasias, auxiliando no processo ensino-aprendizagem e no desenvolvimento cognitivo. Assim, ao propiciar o contato com o mundo das letras o educador estará contribuindo para a formação de leitores críticos. Não se formam bons leitores oferecendo materiais de leitura empobrecidos, justamente no momento em que as crianças são iniciadas no mundo da escrita. As pessoas aprendem a gostar de ler quando, de alguma forma, a qualidade de suas vidas melhora com a leitura. (PCN – Língua Portuguesa, 1997, p. 29).

1.3 A IMPORTÂNCIA DA PRÁTICA DE LEITURA

Para Freire (1986, p. 11-12) a “leitura do mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquele”, uma vez que ela seria a ponte para o progresso educacional eficiente, proporcionando a formação integral do indivíduo. Com essa reflexão do mestre da pedagogia que inicia-se este tópico a partir de um

referencial sobre questões que envolvem a dificuldade de leitura, no processo educacional de aprendizagem.

Uma das preocupações com a atividade pedagógica, está voltada à leitura. Esta prática é de suma importância para a criança que está inserida desde cedo no mundo letrado. Assim, o educador deve estimular na criança o ato da leitura, indicando a elas bons livros. Ao propiciar esse contato com o mundo das letras, o professor estará contribuindo para a formação de leitores críticos. Para que haja sucesso na formação do leitor, é preciso realizar uma leitura estimulante, diversificada, crítica e reflexiva, porém prazerosa. Ao mesmo tempo em que, a ampliação do Ensino Fundamental para nove anos é reconhecida como uma ação importante para a democratização do acesso à educação no país, a mesma instiga debates sobre os impactos na organização do trabalho da escola e dos professores, principalmente com relação à alfabetização das crianças, visto que o ingresso da criança aos seis anos no ensino obrigatório não raramente tem sido visto como uma forma de antecipar o ensino da leitura e da escrita.

O estímulo pela leitura depende também de maior presença no cotidiano nas práticas de leitura e escrita. Diferentes modos de participação nas práticas discursivas orais em família permitem a criança construir uma relação com a linguagem (oral e escrita) enquanto prática discursiva e enquanto objeto de conhecimento. Para Silva (Apud, Pinheiro, 2007, p. 08), “Não despreza a importância da contribuição e da responsabilidade do meio familiar na formação do leitor”. A família é a instituição primeira de proteção aos seus membros e tem papel fundamental na vida educacional dos filhos, mediadora das relações dos seus membros com outras instituições sociais, especificamente a escola em um processo conjunto educacional.

A ampliação do número de vagas na rede educacional de ensino, apesar de ser condição necessária de inclusão, não é suficiente para democratizar a educação, visto que os insucessos relacionados à alfabetização ocupam lugar de destaque, como ocuparam também no passado em outros contextos escolares, diferentemente de hoje, onde os alunos permanecem na escola, não mais como excluídos após sucessivas reprovações.

A leitura é uma decifração e uma decodificação. O leitor deverá em primeiro lugar decifrar a escrita, depois entender a linguagem encontrada, em seguida decodificar todas as implicações que o texto tem e, finalmente, refletir sobre isso e formar o próprio conhecimento e opinião a respeito do que leu. A leitura sem decifração não funciona adequadamente, assim como sem a decodificação e demais componentes referentes à interpretação, se torna estéril e sem grande interesse. A leitura é uma atividade lingüística com significante. É falso dizer que

se pode ler só pelo significado ou só pelo significante, porque só um ou outro jamais constituem uma realidade lingüística. (CAGLIARI, 1997).

A complexidade da atividade também interfere no envolvimento do aluno. Um nível de complexidade muito elevado, ou muito baixo, não contribui para a reflexão e o debate, situação que indica a participação ativa e compromissada do aluno no processo de aprendizagem. As atividades propostas precisam garantir organização e ajuste às reais possibilidades dos alunos, de forma que cada uma não seja nem muito difícil nem demasiado fácil. Cagliari (1997) define a leitura como: “a extensão da escola na vida das pessoas. A maioria do que se deve aprender na vida terá de ser conseguido através da leitura fora da escola. A leitura é uma herança maior do que qualquer diploma.”

A dificuldade de leitura vivenciadas no cotidiano da sala de aula, é sem dúvida, um tema de extrema importância, pois aprender a buscar uma metodologia adequada para superação das dificuldades encontradas no desenvolvimento da leitura e da escrita, facilitará o processo ensino-aprendizagem. Cabe às instituições escolares a responsabilidade de traçar um plano de trabalho, focado no desenvolvimento da leitura e da escrita, como pressuposto básico para formar leitores conscientes, capazes de interpretar, criar, estabelecer relações, lançar-se ao mundo de forma crítica e criativa a fim de conquistar espaços, em uma sociedade marcada pela competitividade.

2167

Barbosa (2007) comenta ao falar de dificuldade de aprendizagem, principalmente, do ato de aprender, que aprender é uma ação que supõe dificuldade; quando não se sabe, sendo o não saber uma condição necessária para aprender, neste instante, espera-se que as dificuldades apareçam. Temos, portanto, dificuldades que nos desequilibram e na busca do equilíbrio, simplesmente, aprendemos.

As dificuldades de aprendizagem se constituem como uma das áreas mais complexas de se conceituar em decorrência da variedade de teorias, modelos e definições que visam esclarecer esse problema. Para fazer qualquer tipo de análise acerca das dificuldades de aprendizagem é preciso antes de qualquer coisa saber o que é aprendizagem. Aprendizagem é o processo pelo qual as competências, habilidades, conhecimentos, comportamentos ou valores são adquiridos ou modificados, como resultado de estudo, experiências, formação, raciocínio e observação.

A escola deve preocupar-se em formar o leitor que entende o que lê, consegue fazer relações entre o texto que está lendo com aqueles já lidos anteriormente sobre o assunto, considerando que para muitos alunos a escola é o único momento de interação com o texto

escrito, por isso é preciso oportunizar o trabalho com a diversidade textual. A leitura é uma prática que desenvolve a autonomia da pessoa enquanto cidadão. Uma pessoa que domina o universo da palavra é capaz de entender o mundo que o cerca, de modo que possa atuar nele conscientemente.

2 CAPÍTULO III- RELAÇÃO FAMÍLIA - ESCOLA NA ATUALIDADE

Conforme discorrido no primeiro capítulo deste estudo, no Brasil, em termos legais, os direitos infante-juvenis estão amparados pela Constituição e desdobrados no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069, de 1990, e na nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), promulgada em 1996¹³. Segundo a LDB, os profissionais da educação devem ser os responsáveis pelos processos de aprendizagem, mas não estão sozinhos nesta tarefa. A lei prevê a ação integrada das escolas com as famílias: Art. 12º. Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de:

- ✓ I - elaborar e executar sua proposta pedagógica;
- ✓ II - administrar seu pessoal e seus recursos materiais e financeiros;
- ✓ III - assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas-aula estabelecidas;
- ✓ IV - velar pelo cumprimento do plano de trabalho de cada docente;
- ✓ V - prover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento;
- ✓ VI - articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração

da sociedade com a escola;

Tanto no ECA, quanto na LDB, a efetividade do direito à educação das crianças e dos adolescentes deve contar com a ação integrada dos agentes escolares e pais ou responsáveis. Praticamente todas as escolas de educação básica fazem reuniões de pais e promovem debates sobre as mudanças sociais que afetam as crianças, jovens e conseqüentemente escolas e famílias. Nessas ocasiões apresentam seus planos pedagógicos de ensino falam de seus planosmas, na medida em que a escola defende seu lugar de protagonista, contudo abre poucos canais de escuta sobre o que os pais têm a dizer, esse acolhimento fica num nível superficial. Nesse contexto abrir a escola para participação da família no processo de ensino-aprendizagem de seus membros, é uma das formas fundamentais que devem ser difundidas no meio escolar. Castro e Ragattieri (2010) alerta que:

É claro que o trabalho conjugado entre as duas instâncias socializadoras favorece o desenvolvimento integral (incluindo a carreira escolar) das crianças e adolescentes.

Mas não podemos esquecer que, sendo o Estado o responsável primário pela educação pública, deve procurar meios para priorizar e garantir esse direito. Ou seja, o sistema de ensino que deposita todas suas expectativas ou a culpa dos resultados escolares de seus alunos exclusivamente na família está de alguma forma renunciando a sua missão. O dever da família quanto à educação escolar obrigatória é matricular e enviar regularmente seus filhos às escolas. O não cumprimento deste dever caracteriza negligência passível de punição legal. (CASTRO E REGATTIERI, 2010, P. 41).

É preciso que as escolas conheçam as famílias dos alunos para mapearem quantas e quais famílias podem apenas cumprir seu dever legal, quantas e quais famílias têm condições para um acompanhamento sistemático da escolarização dos filhos e quantas e quais podem, além de acompanhar os filhos, participar mais ativamente da gestão escolar e mesmo do apoio a outras crianças e famílias. “A família brasileira é o espaço indispensável para a garantia da sobrevivência de desenvolvimento e da proteção integral dos filhos e demais membros, independentemente do arranjo familiar ou da forma como vem se estruturando” (KALOUSTIAN, 2011, p. 11-12).

É nesse sentido que a interação com famílias para conhecimento mútuo destaca-se como uma estratégia importante de planejamento escolar e educacional. Pressupõe que a criança tem seu primeiro contato com a leitura de forma oral, por meio de sua família, através de leituras durante o dia, ou até mesmo na hora de dormir, são momentos incentivadores para a formação de futuros leitores.

2169

Para (PCN, 1998) a permanência dos alunos na escola é hoje um dos grandes problemas a serem enfrentados por todos na educação brasileira: órgãos governamentais, comunidades e equipes escolares. Embora as causas da não permanência sejam múltiplas, cabe enfatizar entre elas a falta de acolhimento dos alunos pela escola, uma vez que, de certo modo, esse fator condiciona os demais.

A família é considerada a primeira agência educacional do ser humano, responsável principalmente pela forma com que o sujeito se relaciona com o mundo, a partir de sua localização na estrutura social. A escola é a instituição que tem como função a socialização do saber. A comunicação entre escola e família passa pela intermediação da criança, sendo esta comunicação aparentemente de mão única, por haver pouco espaço institucional para a manifestação das famílias. A ação das famílias é limitada e determinada de acordo com os interesses da escola. Assim, “num primeiro momento, defende-se uma participação ampla dos pais na escola, mas o que se verifica é uma participação que tem a ver com o fato de conhecer o trabalho da escola” (Oliveira, 2002, p.105).

Deve-se considerar que no Brasil mudanças significativas ocorreram na educação básica, de uma escola para poucos, chegamos a uma escola de massas com um alunado que desafiam os educadores, visto que não se pode afirmar que a escola como um sistema educativo é o único e principal fator de mudança social, desvinculado da relação com a família do educando. Não se trata de retirar da escola seu papel específico na socialização do saber, mas a relação escola-família é inevitável, compulsória (no caso do ensino fundamental, pelo menos) e importante.

2.1 PERCURSO DA PESQUISA

O professor no seu papel de alfabetizador tem a importante tarefa de trabalhar práticas de leituras no ensino fundamental. Sendo assim, para compreender como é desenvolvido o incentivo sobre a importância da leitura nos anos iniciais escolares, sobre como as crianças nas escolas têm sido apresentadas a esse tão importante instrumento de inserção social e de descoberta do mundo, foi realizada uma pesquisa de campo de cunho qualitativa, visando fomentar os entrevistados a pensar e externalizar livremente suas opiniões, espontaneidade que faz emergir aspectos subjetivos. Os procedimentos metodológicos utilizados: Entrevista semi-estruturada, População selecionada para pesquisa: coordenação e professores. Coleta de Dados: Primário.

2170

A instituição escolar escolhida foi a Escola Municipal Monteiro Leite, localizada no Distrito de Mutuca na cidade de Pesqueira – PE. O município está localizado no Agreste Central, na bacia hidrográfica dos Rios Ipujuca, Una e Ipanema, com clima quente e úmido e vegetação de caatinga hipoxerófila, e uma área de 1000,2 quilômetros quadrados. A população censo 2010 é de 62.931 habitantes, estimativa para 2015, 66,153 habitantes. O município é constituído por 20 bairros, 10 distritos e demais localidades, existência de comunidades tradicionais em seu território: Na serra do Ororubá, vivem os Índios Xucurus, em 24 aldeias. A comunidade Quilombola, localizada na Serra do Osso. Em 2010, a taxa de analfabetismo das pessoas de 10 anos ou mais era de 23,4%. Na área urbana, a taxa era de 19,2% e na zona rural era de 34,6%. Entre adolescentes de 10 a 14 anos, a taxa de analfabetismo era de 8,7%. Segundo o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal em 2010 0,610. (www.cidades.ibge.gov.br/).

2.2 DESCRIÇÃO DAS ENTREVISTAS REALIZADAS E ANÁLISE

Para a investigação de campo referente ao tema, os sujeitos da pesquisa entrevistados, foram as professoras do 1º e 2º ano do ensino fundamental e a coordenadora da Escola Monteiro Leite, tendo em vista de como professor e coordenação na etapa do ciclo do Ensino Fundamental da referida escola tem compreendido o processo de ensino-aprendizagem da leitura. O Distrito de Mutuca, Zona Rural da Cidade de Pesqueira, possui aproximadamente 7 mil habitantes. Segundo informações da direção, estão matriculados 615 alunos, contudo nem todos os alunos matriculados frequentam as aulas. Com relação a faixa etária de alunos do 1º e 2º ano, encontram-se na idade de 6, 7 e 8 anos, apresentando dificuldade de leitura um total de 39 alunos.

A professora do 1º ano em resposta às quais as dificuldades encontradas na aprendizagem de leitura desses alunos, declarou que as dificuldades refere-se a falta de ajuda da família nas atividades e incentivo à leitura e a falta de concentração e que, enquanto recurso metodológico usados para desenvolvimento da leitura utiliza o alfabeto exposto, alfabeto móvel, cartazes com sílabas, cantinho da leitura, sílabas móveis, ditados, músicas, imagens, entre outras. Informando que outras fragilidades percebidas pelos professores quanto as dificuldades de leitura, concentra-se na aula, devido ao barulho e movimentação de pessoas próximo a sala. A maioria dos que ainda não leem são os que mais faltam às aulas. Existem ainda casos de histórico familiar (Dificuldades de aprendizagem) que segundo estudiosos também podem estar na genética da criança.

2171

Em relação à professora do 2º ano declarou que uma das grandes dificuldades encontradas nos alunos é a indisciplina por parte dos alunos, falta de interesse, bem como utilização do lúdico, quanto ao livro didático é inexistente, pois não há. Outro fator a repetência, distorção de idade, motivação da própria família, falta de participação dos pais, falta de realização das atividades propostas para casa.

Considerando a importância fundamental do coordenador escolar, no processo de planejamento e articulação das atividades escolares, entrevistou-se a coordenadora, foram elaboradas 3 perguntas. Em sua resposta referente a pergunta: Diante do desenvolvimento dessas atividades de 1º e 2º ano, relativo a prática de leitura como é sua atenção como coordenadora, declarou que é através do acompanhamento relativos a orientação e sugestões, sempre incentivando os professores para a prática de leitura e escrita e que no processo de ação pedagógicas utiliza livros didáticos, revistas, alfabeto móvel DVD, som data show, jornais etc.

As fragilidades percebidas pelos professores quanto as dificuldades de leitura desses alunos, afirmou falta de acompanhamento dos pais e que em relação ao desenvolvido de articulado entre escola e família, quanto a prática de leitura, ainda deixa muito a desejar.

Com esta pesquisa de cunho qualitativo, procuramos responder ao problema central: Quais as fragilidades/dificuldades de alunos das anos iniciais do ensino fundamental que levam professores da Escola Intermediária Henrique Monteiro Leite, do distrito de Mutuca, Pesqueira – PE trabalhar em sala de aula a prática de leitura e de que forma é desenvolvida. A prática da leitura se faz presente em nossas vidas desde o momento em que começamos a compreender o mundo à nossa volta. A preocupação com a leitura deve estar sempre presente por se tratar de um instrumento essencial em nossa sociedade. O professor é um grande formador de opinião, ele pode a partir dos primeiros anos, implantar conceitos de leitura e prática diária em sala de aula.

Quanto a resposta da primeira professora entrevistada, observa-se a questão familiar, ou seja, o envolvimento da família no processo de aprendizagem da leitura, juntamente com o corpo docente, reafirmada na entrevista com 2ª professora sobre a não motivação da família no processo de ensino aprendizagem dos seus membros. A maioria dos que ainda não leem são os que mais faltam às aulas. A 2ª professora declara a questão da indisciplina por parte dos alunos, falta de interesse, livro didático é inexistente, pois não há. Outro fator a repetência, distorção de idade, falta de realização das atividades propostas para casa.

2172

São vários os fatores que geram dificuldades especificamente do interesse a leitura. No entanto, não houve um esclarecimento maior, visto que apesar de utilizar alguns recursos metodológicos não deixa claro se a escola, de um modo geral, realiza projetos de leitura com o objetivo de despertar no aluno o gosto pela leitura. Observando as respostas obtidas, percebeu-se que as professoras foram muito sucinta, respondendo superficialmente a cada pergunta feita, mas deixam claro que a leitura é fundamental no cotidiano do aluno e a participação da família escola nesse processo.

Quanto às respostas da coordenadora escolar, também não deixou claro a dinâmica sobre os recursos metodológicos, estratégias para prática de leitura pela escola. Externalizou que é através do acompanhamento relativo à orientação e sugestões, sempre incentivando os professores para a prática de leitura e escrita e que no processo de ação pedagógica utiliza livros didáticos, revistas, alfabeto móvel DVD, som data show, jornais etc. Observou-se mais

informações quanto a existência do projeto político pedagógico, projetos da prática de leitura, de como a escola empreende esforços no sentido de integração da família nesse processo.

3CAPÍTULO III - O DESAFIO DA PRÁTICA DE LEITURA

Os Parâmetros Curriculares Nacionais indicam como objetivos do ensino fundamental que os alunos sejam capazes de: utilizar as diferentes linguagens — verbal, matemática, gráfica, plástica e corporal — como meio para produzir, expressar e comunicar suas idéias, interpretar e usufruir das produções culturais, em contextos públicos e privados, atendendo a diferentes intenções e situações de comunicação.

Os PCNs enfatizam a necessidade do uso de diversos textos na sala de aula, visto que a realidade vivida pelo aluno atualmente é dinâmica e requer da escola e do professor um planejamento dinâmico também, que englobe essas diversas práticas de leitura, sejam elas reportagens, roteiros de filmes, anúncios, enfim, textos que circulam socialmente. Os alunos precisam conhecê-los, interpretá-los e escrevê-los. Várias são as razões pelas quais dificultam o processo de leitura. Com relação à metodologia utilizada pela escola pesquisada, supõe-se que, de acordo com o número de alunos com dificuldade de leitura, alguns materiais iniciais de leitura podem não estar favorecendo a utilização do já escasso conhecimento prévio de que dispõem as crianças, assim, os métodos de leitura é permitir que o aluno leia, fale e compreenda os mais variados tipos de textos escritos.

2173

O professor, principalmente, nas séries iniciais do Ensino Fundamental, deve criar situações reais do gosto pela leitura por parte do aluno, o que depende da maior ou menor presença no cotidiano de práticas de leitura. Muitos são os desafios da prática de leitura, considerando que crianças e jovens estão lendo cada vez menos. Observa-se que além dos relatos dos professores da escola pesquisada, há outros motivos que dificultam o aprendizado educacional do aluno, ouvi-se muito a culpam na televisão, o computador; outros acusam a má qualidade do ensino. Há ainda aqueles que delegam à família o problema da falta de hábito da leitura.

Delmanto (2009) ressalta que a escola deve ter a preocupação cada vez maior com a formação de leitores, ou seja, a escola deve direcionar o seu trabalho para práticas cujo objetivo seja desenvolver nos alunos a capacidade de fazer uso da leitura para enfrentar os desafios da vida em sociedade. As diversas transformações com as quais convivemos, a escola precisa, mais do que nunca, fornecer ao estudante os instrumentos necessários para que ele consiga buscar,

analisar, selecionar, relacionar e organizar as informações complexas do mundo contemporâneo.

Pode-se constatar que a prática da leitura na sala de aula, mesmo com a participação do professor, depende de vários elementos ou situações. A leitura, nas séries iniciais, a escola é a principal responsável pelo sucesso ou insucesso dessa difícil tarefa de preparar novos leitores, é um trabalho contínuo, sempre procurando inovações nas metodologias utilizadas, pois é essa flexibilidade que irá ao encontro do mundo infantil, da dinâmica, tão pertinente ao universo da criança. O professor precisa estar atento ao desenvolvimento dos seus alunos em sala de aula, percebendo as dificuldades e os avanços, sejam individuais ou coletivos. O papel do professor, antes de tudo, é ensinar, portanto ele deve ensinar o que é necessário para que o aluno supere suas dificuldades.

O ensino da leitura deve começar cedo, desde as séries iniciais. O quanto antes as crianças se apropriarem de práticas de leitura, mais poderão desenvolvê-las com êxito em seus anos de escolaridade, sendo capazes de utilizá-las como práticas discursivas com muita facilidade durante sua trajetória escolar. Diante de tais desafios, importante destacar a participação do profissional de pedagogia junto a equipe de professores, no que tange um trabalho interdisciplinar, buscando possibilidades de avanços na utilização de metodologias que favoreçam a prática de leitura.

3.1 A IMPORTÂNCIA DO PEDAGOGO NA ESCOLA NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM DO EDUCANDO

Para Demo (2009, p. 51) “Pedagogia é hoje alma mater da universidade, no sentido de ser do curso mais importante e estratégico, pó tratar do direito de aprender da sociedade, em particular das novas gerações”. Ainda conforme o autor, pedagogia deveria ser o curso modelo, aquele onde aprendizagem fosse a mais autêntica e reconstrução do conhecimento ocorresse de modo inequívoco. Todo Professor deveria ser pedagogo, não como é o pedagogo profissional, mas no compromisso de cuidar da aprendizagem do aluno.

Nessa perspectiva, conforme declarações do autor, em seu livro “Professor do futuro e Reconstrução do Conhecimento”, o estudo não poderia deixar de destacar a importância do profissional de pedagogia no processo de ensino aprendizagem no ambiente escolar. Para as diretrizes Curriculares para o curso de pedagogia, o curso por meio de estudos teórico-práticos, investigação e reflexão crítica, propiciará: I - o planejamento, execução e avaliação de atividades

educativas; II - a aplicação ao campo da educação, de contribuições, entre outras, de conhecimentos como o filosófico, o histórico, o antropológico, o ambiental-ecológico, o psicológico, o lingüístico, o sociológico, o político, o econômico, o cultural. Dessa forma o pedagogo pode favorecer a aprendizagem e o desenvolvimento dos alunos em seu aspecto social e cognitivo. Coordenar, no estabelecimento de ensino, as diretrizes definidas no Projeto Político-Pedagógico e no Regimento Escolar; auxiliar o corpo docente, gerenciar e supervisionar o sistema de ensino favorecendo a melhoria da aprendizagem dentro da escola de forma integral.

Parte-se do pressuposto que a prática pedagógica, implica trabalhar com colegas, numa perspectiva de trabalho coletivo e ainda que, individualmente, cada profissional seja responsável por suas ações. A identidade docente depende do despertar de uma nova cultura profissional entre os pedagogos, são indagações que se fazem presentes nas ações da formação e da prática pedagógica dos professores que trabalham nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Por conseguinte o pedagogo (a), pode ter dentre outras atribuições participação na organização e gestão da escola, através de atividades que englobam a seleção e organização dos conteúdos, das formas de estimulação e motivação, do espaço físico e ambiental, dos instrumentos de avaliação da aprendizagem, reduzindo as dificuldades de aprendizagem.

2175

O profissional de pedagogia, por conseguinte é sintonizado com equipes de trabalhos escolar, agindo de forma compartilhada, tendo em vista o leque de atribuições desde, coordenação escolar, orientação Educacional a supervisão escolar. Dessa forma, o exercício de funções específicas por pedagogos nos contextos de trabalho não deve ser compreendido como prejuízo, atropelo e empecilho ao trabalho dos demais agentes profissionais. Nesse sentido, lembrando uma reflexão de Libâneo:

A pedagogia é o campo de conhecimento que se ocupa do estudo sistemático da educação, isto é, do ato educativo, da prática educativa concreta que se realiza na sociedade como um dos ingredientes básicos da configuração da atividade humana. E a educação é o conjunto das ações, processos, influências, estruturas, que intervêm no desenvolvimento humano dos indivíduos e grupos na sua relação ativa com o meio natural e social, num determinado contexto de relações entre grupos e classes sociais. (LIBÂNEO, 2004).

Sabe-se que o profissional de pedagogia trabalha fundamentado em ações coletivas para que a escola cumpra a sua finalidade na luta pela transformação social. Desempenha relevante função em conjunto com os professores: No planejamento das atividades, pela aprendizagem dos alunos, incentivando a comunidade e os pais no acompanhamento dos filhos. Considerando que o pedagogo (a) é capaz de desencadear mudanças na organização do trabalho pedagógico,

visto que é inerente a este profissional da educação, o ato de planejar, refletir e discutir a gestão e mudar a realidade de ensino aprendizagem no espaço escolar.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do presente estudo, foi possível perceber que muito ainda se tem a fazer para que a leitura seja de fato um direito de todos. Uma criança que ingressa na escola e começa a apresentar dificuldades relacionadas à aprendizagem passa por diversas complicações. Muitas vezes, são rotuladas como preguiçosas, desinteressadas, irresponsáveis. O professor deve investir e acreditar na sua capacidade de auxiliar seus alunos que apresentam dificuldade de aprendizagem, buscando estratégias de práticas de leitura.

No decorrer do estudo, observou-se que no Brasil a educação é reconhecida como um direito social a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, a ser garantida pelo Estado a toda sociedade, política universal, direito de todos os cidadãos brasileiros e dever do Estado e da família. A educação, enquanto direito social prevista constitucionalmente, vem construindo seu pilar normativo, principalmente com a Lei Federal nº 9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, considerada a lei orgânica da educação, juntamente com o Estatuto da criança e do adolescente - ECA, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, assegurando a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.

2176

Percorreu-se analisando importantes autores que dissertam sobre a concepção de leitura, visto o ensino de aprendizagem da leitura e a escrita, precisam estar presente, enquanto atividades relevantes realizadas pelos professores, fundamentalmente embasadas nas séries iniciais do Ensino Fundamental. Conceito de aprendizagem da leitura, tendo como referencial os parâmetros curriculares nacionais – PCNs, (1997/98) e dissertações de mestrado. Destacou-se a importância de leitura, e que tanto a família, quanto à escola são fatores necessários para incentivar o hábito da leitura nas crianças.

Sabe-se que o ensino hoje, no Brasil, ainda enfrenta grandes dificuldades, mas se os alunos puderem contar com a escola e com professores comprometidos e o envolvimento da família que tenham uma visão diferenciada para o ensino da leitura, acredita-se que, dessa maneira, a escola consiga alcançar êxito, principalmente na fase inicial de aprendizado. No decorrer do desenvolvimento da pesquisa, foi possível compreender, a partir do referencial teórico que subsidia este estudo, a importância das práticas de leitura na escola para a inserção dos indivíduos na sociedade.

A responsabilidade de divulgar e tornar o ato de ler um fato concreto está nas mãos da escola como principal mecanismo de transformação de crianças e adolescentes, incutindo nos mesmos a importância da leitura para sua realização profissional, para que se tornem cidadãos críticos e participativos, pois a leitura possibilita ao educando um leque de informações que facilitará sua vida em sociedade, fazendo com que o mesmo participe de forma mais efetiva nas decisões que possam ocorrer no seu universo educacional.

As dificuldades de aprendizagem se constituem como uma das áreas mais complexas de se conceituar em decorrência da variedade de teorias, modelos e definições que visam esclarecer esse problema, considerando que na escola pesquisada percebeu-se falas de forma superficial do professores, não bem esclarecedores sobre a própria metodologia com relação a práticas de leituras nos anos iniciais do ensino fundamental, não informam sobre se guiam pelo projeto político pedagógico da escola e/ou apresentar projetos que trabalhem práticas de leitura, considerando a participação da família nesse processo.

Contudo no percurso do estudo de campo, não foi nosso intuito encontrar problemas quanta a dinâmica de ensino de aprendizagem da leitura para os alunos da escola, mas refletir sobre práticas de leituras utilizadas pelos professores, um profissional que encontra-se na ponta, ou seja a frente no processo educacional do aluno, mas que muitas vezes não possui os recursos metodológicos necessários para desenvolver o incentivo a prática de leituras, enfrenta a precariedade de recursos materiais, além da fragilidade de não receber do sistema educacional de ensino formação contínua.

Nesse sentido Demo (2009) alerta que “Todo professor precisa, a cada semestre, continuar estudando, não só porque quem não estuda não tem aula para dar, mas principalmente para se manter profissional atualizado”. Nesse contexto para melhorar a qualidade da educação, a necessidade de investimento no professor, condições de trabalho, pois os professores só poderão corresponder à expectativa da escola se possuírem os conhecimentos e as competências e as motivações requeridas.

Não poderíamos deixar de nas considerações finais do trabalho de conclusão do curso de pedagogia, externalizarmos sobre a importância do profissional de pedagogia no processo de ensino aprendizagem na escola da educação básica. A educação contemporânea exige um profissional dinâmico, criativo e flexível, pois os desafios que se colocam para o professor, na atualidade, parecem se multiplicar dia após dia, e o pedagogo (a) é profissional fundamental na

articulação junto ao corpo docente em buscar respostas sobre práticas educacionais de aprendizagem.

REFERÊNCIAS

ABDALA, Nacir. Concepções de leitura e de escrita. Disponível em: www.educacional.com.br. Acesso em 18 abr. 2015.

A CRIANÇA DE 6 ANOS, A LINGUAGEM ESCRITA E O ENSINO FUNDAMENTAL DE NOVE ANOS. Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12624%3Aensino-fundamental&Itemid=1152. Acesso em 18 abr. 2015.

BIODERE, Neide. Práticas de leitura: concepção de uma docente da 1ª série do ensino fundamental da cidade de Umuarama-PR. (Mestrado em Educação) Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 2009.

BRAGGIO, Silva. Leitura e alfabetização: da concepção mercialista à sociopsicolinguística. Porto Alegre: Artes médicas, 1992.

BRASIL. LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira – Lei nº 9394 de 20 de Dezembro de 1996. Editora Saraiva.

_____. Ministério da Educação. Secretária da Educação a Distância. Salto Para o Futuro: Reflexões sobre a Educação no Próximo Milênio. Brasília, 1998. 2178

_____. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa, vol. 2 – Brasília, 1997.

CAGLIARI, Luiz Carlos. Alfabetização e Lingüística. 10. ed. São Paulo: Scipione, 1997.

CARVALHO, Joselice Moreira de Souza, Carvalho, Lísia Moreira. Um olhar sobre a leitura e a escrita no ensino fundamental. Centro Científico Conhecer, Goiânia, Enciclopédia Biosfera N.07, 2009, ISSN 1809-05835. Disponível em <http://www.conhecer.org.br/enciclop/2009/um%20olhar.pdf>. Acesso em 10 jun. 2015.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL DO BRASIL. Rio de Janeiro: Editora Escala, 2007.

CURY, Carlos Roberto Jamil. A Educação Básica no Brasil. Edc. Soc., Campinas, vol.23, n.80, setembro/2002, p.168-200. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/es/v23n80/12929.pdf>. Acesso ago.2015.

DELMANTO, Dileta. A leitura em sala de aula. Almanaque do Programa Escrevendo o

DELORS, Jacques (Coord). Educação: Um Tesouro a Descobrir. 7. Ed. Revisada – São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2012.

DEMO, Pedro. *Professor do Futuro e Reconstrução do Conhecimento*. 6 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

FERREIRA, Sandra Patrícia Ataíde, Dias, Maria da Graça Bom pastorBorges. A escola e o ensino da leitura. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 7, n. 1, p. 39-49, jan./jun. 2002. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/pe/v7n1/v7n1a05.pdf> . Acesso em out. 2015

FREIRE, Paulo. *A Importância do ato de Ler: Em três artigos que se completam*. São Paulo, Autores associados: Cortez. 1986 (Coleção polêmicas do nosso tempo; 4). *Futuro*. Ano III. Nº 7. 2009. Disponível em: www.construirnoticias.com.br. Acesso em 20out. 2015.

FREITAS, Dirce Nei Teixeira de e FEDATTO, Nilce Aparecida da Silva (orgs.) *Educação Básica: Discursos e práticas político-normativas e interpretativas*. Dourados, MS: Editora da UFGD, 2008.

HANZE, Amélia. *Leitura e escrita sob um viés interdisciplinar*. Disponível em: educador.brasilecola.com/.../leitura-escrita-sob-um-vies-interdisciplinar.

KALOUSTIAN, Silvio Manoug (Org). *Família Brasileira: A Base de Tudo*. 10 ed. – São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNICEF, 2011.

LAJOLO, Marisa. *Do mundo da leitura para a leitura do mundo*. 6 ed. São Paulo: Ática, 2005.

LIBANÊO, José Carlos. *Pedagogia e pedagogos para quê?*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

2179

LIMA, Margareth Brainer de Queiroz. *Ensino de leitura e de escrita para crianças em processo de alfabetização: saberes e práticas docentes*. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012. Disponível em http://www.educacao.ufrj.br/ppge/teses/BRAINER_Margareth_TESE.pdf .

MALUF, Angela Cristina Munhoz. *Conheça Bem Eduque Melhor Crianças e Jovens*. 2. ed. – Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2009.

MEC, SECRETARIA DA EDUCAÇÃO BÁSICA. *Indicadores da Qualidade na Educação: Dimensão Ensino e Aprendizagem da Leitura e da Escrita*. São Paulo: Ação Educativa, 2006.

MEC/SEF. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa/ Ministério da Educação e do Deporto, Secretaria de Educação Fundamental*. Brasília: MEC/SEF, 1997.

_____. *Parâmetros Curriculares Nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais / Secretaria de Educação Fundamental*. – Brasília: MEC/SEF, 1997. 126p. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf> .

MICOTTI, E (Org.) et al. *Leitura e escrita: como aprender com êxito por meio da pedagogia por projetos*. São Paulo: Contexto, 2009.

PINHEIRO, Luciana Ribeiro. *Concepções de Professores do Ensino Fundamental Sobre a Leitura*. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal do Paraná, 2007. Disponível em http://www.ppge.ufpr.br/teses/Mo7_pinheiro.pdf. Acesso em 18 abr. 2015.

REIS, Andreia Rezende Garcia, Magalhães, Tânia Guedes. *leitura e escrita: desafios para a escola pública da atualidade*. Disponível em <http://www.ufjf.br/fale/files/2010/06/2013-Leitura-e-escrita-desafios-para-a-escola-p%C3%BAblica-da-atualidade.pdf>. Acesso em 10 out. 2015.

RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 1, DE 15 DE MAIO DE 2006. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura. Disponível em http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcpoi_06.pdf . Acesso em nov. 2015.

SABER, Maria da Glória. *A Escrita Infantil: O Caminho da Construção*. São Paulo: Scipione, 2009.

SOARES, Magda. *Alfabetização e letramento*. 5ª. Ed. São Paulo: Contexto, 2007.

SOUZA, Gizela (Org). *A Criança em Perspectiva: O Olhar do Mundo sobre o Tempo Infância*. São Paulo: Cortez, 2007.

SOUZA, Solange. JR. Nilton. *Leitura e escrita em meio aos novos avanços*. Disponível em: www.scielo.br.

VIEGAS, Ilama. *Leitura e escrita no desenvolver da sociedade*. Disponível em: www.filologia.org.br. 2180
